



ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

**Demonstrações referentes ao
exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas de
acordo com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê
de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Normas Internacionais
de Relatório Financeiro (IFRS)**

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2017

Índice

Relatório da Administração – Exercício Social 2017	3
Balanço Patrimonial	5
Demonstração dos Resultados	6
Demonstração dos Resultados Abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
1. Contexto operacional	10
1.1. Objeto social	10
2. Apresentação das demonstrações financeiras	10
2.1 Bases de elaboração e apresentação	10
2.2 Moeda funcional e de apresentação	11
2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas	11
2.4 Controle em conjunto	12
3 Resumo das principais práticas contábeis	12
4. Normas e interpretações novas e revisadas e ainda não adotadas	15
5. Caixa e equivalentes de caixa	16
6. Tributos e contribuições a compensar	16
7. Investimentos	16
8. Debêntures	18
9. Tributos e encargos sociais a recolher	18
10. Patrimônio líquido	19
11. Despesas gerais e administrativas	20
12. Outras despesas	20
13. Resultado financeiro	21
14. Imposto de renda e contribuição social	21
15. Transações com partes relacionadas	21
16. Instrumentos financeiros	22
17. Evento subsequente	23
Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações Financeiras	25

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Relatório da Administração – Exercício Social 2017

Senhores Acionistas,

A Administração da ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

1. PERFIL DA COMPANHIA

A ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A. (“ISA investimentos” ou “Companhia”) é uma companhia *holding* nacional, de direito privado, constituída sob a forma de sociedade limitada em 10 de janeiro de 2017 e transformada em sociedade anônima em 27 de abril de 2017.

O objeto social da ISA Investimentos compreende a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades, simples ou empresárias, e em consórcios e empreendimentos comerciais de qualquer natureza.

A Companhia tem como acionistas a Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P (“ISA”), com participação de 99,9% do capital social, e a ISA Capital do Brasil S.A. (“ISA Capital”) com 0,1%. Em 02 de junho de 2017, a ISA Investimentos recebeu o aporte de capital deliberado por seus acionistas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de maio de 2017 e passou o seu Capital Social integralizado para R\$695,7 milhões, sendo R\$695,0 milhões pertencente à acionista ISA e R\$700 mil pertencente à ISA Capital.

A ISA Investimentos foi constituída com o objetivo inicial de adquirir as 153.775.790 ações ordinárias de emissão da empresa Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”), alienadas pelos Fundos FIP Coliseu e FIA Taurus, em 27 de dezembro de 2016, conforme Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado entre as partes naquela data. Em 09 de fevereiro de 2017 a ISA Investimentos aderiu ao Contrato de substituição à ISA e assumiu todos os direitos e obrigações.

Em 13 de junho de 2017 ocorreu a liquidação financeira do referido Contrato de Compra e Venda de Ações, ocasião em que a ISA Investimentos passou a ser proprietária das 153.775.790 ações ordinárias de emissão da TAESA que equivale a 26,03% das ações ordinárias e 14,88% do capital social total daquela Sociedade. Pela aquisição das ações, a ISA Investimento pagou à vista a importância de R\$1.019 milhões, sendo parte dos recursos proveniente de capital próprio e parte por financiamento (debêntures). Ainda em 13 de junho de 2017, a ISA Investimentos aderiu ao Acordo de Acionistas da TAESA que prevê o controle em conjunto daquela Companhia com a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG.

2. COMPROMISSOS FINANCEIROS E OUTROS

Visando obter financiamento de parte dos recursos necessários para a aquisição da TAESA, em 16 de maio de 2017, por meio da Assembleia Geral dos acionistas da Companhia, foi aprovado o Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de 350.000.000 (trezentos e cinquenta milhões) de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no montante de R\$350 milhões, firmado com a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários na condição de Agente Fiduciário. O Banco Bradesco BBI atuou como o coordenador líder da operação.

As debêntures que foram depositadas para distribuição pública por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos – administrado e operacionalizado pela CETIP – Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos – com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476, sob o regime de garantia firme de subscrição, em 09 de junho de 2017 foram totalmente adquiridas pelo Banco Bradesco BBI S.A.

Em 14 de dezembro de 2017 a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária a antecipação extraordinária de amortização de parte da primeira parcela no montante de R\$17.500 mil cujo evento de pagamento ocorreu no dia 19 de dezembro de 2017.

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Relatório da Administração – Exercício social 2017 - Continuação

3. RECEBIMENTO DE PROVENTOS DA INVESTIDA

A ISA Investimentos, durante o exercício de 2017, reconheceu a título de resultado de equivalência patrimonial a importância de R\$56.616 mil e recebeu proventos, a título de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio, que somam a importância de R\$38.007 mil.

4. AUDITORES INDEPENDENTES

Com respeito à prestação de serviços relacionados à auditoria externa, a ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A. informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. prestou apenas serviços relacionados à Auditoria das Demonstrações Financeiras do exercício de 2017.

A Administração

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Balanco Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5	13.266
Tributos e contribuições a compensar	6	5.106
		<u>18.372</u>
Não circulante		
Investimentos	7	1.020.602
		<u>1.020.602</u>
Total do ativo		<u><u>1.038.974</u></u>
Passivo		
Circulante		
Fornecedores		548
Dividendos obrigatórios a pagar	10(b)	101
Debêntures	8	49.725
Tributos e encargos sociais a recolher	9	2.419
		<u>52.793</u>
Não Circulante		
Debêntures	8	280.000
		<u>280.000</u>
Patrimônio Líquido		
Capital social	10(a)	695.700
Reservas de lucro		10.481
		<u>706.181</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>1.038.974</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Demonstração do Resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2017</u>
Receita operacional líquida		-
Lucro bruto		-
(Despesas) receitas operacionais		
Gerais e administrativas	11	(4.473)
Outras despesas	12	(16.770)
Resultado de equivalência patrimonial	7	56.616
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro		35.374
Despesas financeiras	13	(25.465)
Receitas financeiras	13	1.803
Resultado financeiro		(23.662)
Lucro Operacional		11.712
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		11.712
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	14	(1.130)
		(1.130)
Lucro líquido do exercício		10.582
Lucro básico e diluído por ação		0,01521
Quantidade média de ações no exercício	10 (a)	695.700.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>31/12/2017</u>
Lucro líquido do exercício	<u>10.582</u>
Outros resultados abrangentes	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>10.582</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Notas	Capital Social	Reserva de Lucros			Total do patrimônio líquido
			Reserva Legal	Retenção de Lucros	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2016		-	-	-	-	
Constituição da Companhia	10 (a)	1	-	-	1	
Integralização de capital - aportes dos sócios		695.699	-	-	695.699	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	10.582	
Constituição da reserva legal	10 (c)	-	529	-	(529)	
Dividendos obrigatórios a pagar		-	-	-	(101)	
Constituição da reserva de retenção de lucros remanescente	10 (c)	-	-	9.952	(9.952)	
Saldos em 31 de dezembro de 2017		695.700	529	9.952	-	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>31/12/2017</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Lucro líquido do exercício	10.582
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado (utilizado) nas atividades operacionais	
Amortização do ágio (nota 7)	16.770
Resultado de equivalência patrimonial (nota 7)	(56.616)
Juros, variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos (nota 8)	19.490
	<u>(9.774)</u>
(Aumento) diminuição em ativos	
Tributos e contribuições a compensar	(5.106)
	<u>(5.106)</u>
Aumento (diminuição) em passivos	
Fornecedores	548
Tributos e encargos sociais a recolher	2.419
	<u>2.967</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>(11.913)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
Investimentos (nota 7)	(628.272)
Ágio na aquisição da controlada (nota 7)	(390.492)
Dividendos recebidos (nota 7)	6.716
JSCP recebidos (nota 7)	31.292
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	<u>(980.756)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Adições de debêntures (nota 8)	350.000
Pagamentos de debêntures (principal) (nota 8)	(17.500)
Pagamentos de debêntures (juros) (nota 8)	(18.720)
Pagamentos com custos da transação	(3.545)
Integralização de capital (nota 10 (a))	695.700
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	<u>1.005.935</u>
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>13.266</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	13.266
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	-
Variação em caixa e equivalentes de caixa	<u><u>13.266</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras - Continuação

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A. (“ISA investimentos” ou “Companhia”) é uma companhia *holding* nacional, de direito privado, constituída sob a forma de sociedade limitada em 10 de janeiro de 2017 e transformada em sociedade anônima em 27 de abril de 2017.

O objeto social da ISA Investimentos compreende a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades, simples ou empresárias, e em consórcios e empreendimentos comerciais de qualquer natureza.

A Companhia tem como acionistas a Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P (“ISA”), com participação de 99,9% do capital social, e a ISA Capital do Brasil S.A. (“ISA Capital”) com 0,1%. Em 02 de junho de 2017, a ISA Investimentos recebeu o aporte de capital deliberado por seus acionistas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de maio de 2017 e passou o seu Capital Social integralizado para R\$695,7 milhões, sendo R\$695,0 milhões da acionista ISA e R\$700 mil da ISA Capital.

A ISA Investimentos foi constituída com o objetivo inicial de adquirir as 153.775.790 ações ordinárias de emissão da empresa Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”) alienadas pelos Fundos FIP Coliseu e FIA Taurus, em 27 de dezembro de 2016, conforme Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado entre as partes naquela data. Em 09 de fevereiro de 2017 a ISA Investimentos aderiu ao Contrato de substituição à ISA e assumiu todos os direitos e obrigações.

Em 13 de junho de 2017 ocorreu a liquidação financeira do referido Contrato de Compra e Venda de Ações, ocasião em que a ISA Investimentos passou a ser proprietária das 153.775.790 ações ordinárias de emissão da TAESA que equivale a 26,03% do total das ações ordinárias e 14,88% do capital social total daquela Sociedade. Pela totalidade das ações a ISA Investimento pagou à vista a importância de R\$1.019 milhões, sendo parte dos recursos proveniente de capital próprio e parte por financiamento (debêntures). Ainda em 13 de junho de 2017 a ISA Investimentos aderiu ao Acordo de Acionistas da TAESA que prevê o controle em conjunto daquela Companhia com a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), que estão em conformidade com as normas IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, exceto quanto ao resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Em 19 de março de 2018, as demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração.

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras - Continuação

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras, são apresentadas em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional"). Dada a constituição da ISA Investimentos ter sido em 2017, as demonstrações financeiras são apresentadas sem a comparação com o exercício anterior, em razão de não ser aplicável.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

2.3.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Empresa ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível a taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

2.3.2. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

2.3.3. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras - Continuação

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2.4 Controle em conjunto

A Companhia não apresenta demonstrações consolidadas, visto que sua participação como acionista na TAESA corresponde à sua participação minoritária, sem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais da entidade para auferir benefícios de suas atividades. O resultado da investida é contabilizado pelo método de equivalência, conforme CPCs 18, 19 (R2) e 36 (R3).

Em 31 de dezembro de 2017, a participação na investida TAESA, se apresentava da seguinte forma:

	<u>Data base das informações</u>	<u>Participação %</u>
Transmissão Aliança de Energia S.A.	31/12/2017	14,8792

3 Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.2 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São apurados observando-se as disposições da legislação aplicável, com base no lucro líquido, ajustado pela inclusão de despesas não dedutíveis, exclusão de receitas não tributáveis e inclusão e/ou exclusão de diferenças temporárias.

A Companhia enquadra-se no regime de Lucro Real Anual. O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A Companhia não apurou impostos diferidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

3.3 Instrumentos financeiros

(a) Ativos financeiros

(i) Classificação e mensuração

Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Quando um instrumento de patrimônio não é cotado em um mercado ativo e seu valor justo não pode ser mensurado com confiança, este é mensurado ao custo e testado para *impairment*.

A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras - Continuação

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado*

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio de resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica “Outros ganhos e perdas”, na demonstração do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se (i) for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou (ii) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou (iii) for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de “*hedge*” efetivo.

Um ativo financeiro, além dos mantidos para negociação, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se (i) tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou (ii) o ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou (iii) fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o CPC 38 e IAS 39 permitir que o contrato combinado seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2017, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa.

- *Empréstimos e recebíveis*

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras - Continuação

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(iii) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.6 Investimentos

O investimento na TAESA é avaliado pelo método de equivalência patrimonial e contabilizado no balanço patrimonial da Companhia ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária naquela investida.

A participação societária na investida é apresentada na demonstração do resultado da Companhia como resultado de equivalência patrimonial.

3.7 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for praticamente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.8 Dividendos e juros sobre capital próprio

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 (IAS 10) e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O Estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 1% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras - Continuação

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A Companhia pode distribuir juros sobre o capital próprio, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios e estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

3.9 Demonstração dos Fluxos de Caixa (“DFC”)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM n.º 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

3.10 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O lucro básico e o lucro diluído por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas, conforme mencionado na nota explicativa 10 (d).

4. Normas e interpretações novas e revisadas e ainda não adotadas

A Companhia adotou todos os pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações emitidas pelo CPC, quando aplicável, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017.

(a) Pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados.

Pronunciamentos que passarão a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018:

- CPC n.º 47 – Receita de contrato com cliente – Deliberação CVM n.º 762 em 22 de dezembro de 2016; e
- CPC n.º 48 – Instrumentos financeiros – Deliberação CVM n.º 763 em 22 de dezembro de 2016.

A Administração da Companhia efetuou análises dos possíveis impactos relacionados a adoção dos pronunciamentos CPC n.º 47 – Receita de contrato com cliente e CPC n.º 48 – Instrumentos financeiros, e entende que não há impactos significativos nas demonstrações financeiras.

(b) Normas e interpretações novas e revisadas pelo IASB já emitidas e que ainda não estão em vigor:

- IFRS 2 – Pagamentos Baseado em Ações
- IFRS 10 e IAS 28 – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e uma Associada ou Empreendimento Controlado em Conjunto
- IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil
- IFRS 17 – Contratos de Seguros
- IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento do Imposto de Renda

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos desses pronunciamentos que ainda não estão em vigor, porém, não espera que os mesmos tragam impacto relevante para suas demonstrações financeiras.

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras - Continuação

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>% do CDI</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e bancos		244
Equivalentes de caixa		
CDB	98,0%	1.249
Compromissada (i)	50,0%	11.773
		<u>13.266</u>

Equivalentes de caixa estão mensuradas ao valor justo através do resultado e possuem liquidez diária.

A análise da administração da Companhia quanto à exposição desses ativos a riscos de taxas de juros, dentre outros, é divulgada na nota explicativa 16 (c).

(i) As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco, e de revenda pelo cliente, com taxas definidas, e prazos predeterminados, lastreados por títulos privados ou públicos registradas na CETIP.

6. Tributos e contribuições a compensar

	<u>31/12/2017</u>
Imposto de renda retido na fonte (i)	<u>5.106</u>
Circulante	<u>5.106</u>

(i) Decorre das retenções sobre resgates de aplicações financeiras e de recebimento de juros sobre capital próprio. A Companhia preparou, em 31 de dezembro de 2017, estudo sobre a recuperação deste saldo e analisa também a possibilidade de pedido de restituição dos valores. Com base no estudo realizado, a Companhia mantém o registro do saldo no ativo circulante em função da expectativa de utilização até os próximos 12 meses.

7. Investimentos

Trata-se da aquisição das ações da TAESA – Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., ocorrida em 13 de junho de 2017, conforme informado na Nota nº 1. O investimento é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e é composto como segue:

i) Informações da Controlada em conjunto - TAESA

	<u>31/12/2017</u>
Número de ações (quantidade) em circulação na data do Balanço	
Ordinárias – ON	<u>1.033.496.721</u>
Patrimônio líquido – consolidado	
Capital social	3.042.035
Reservas de capital	594.507
Reserva de lucros	551.685
Dividendos adicionais propostos	159.326
Total	<u>4.347.552</u>
Lucro líquido do período (junho a dezembro/2017)	<u>380.507</u>

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras - Continuação

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

ii) Informações do investimento da Companhia

	TAESA
	31/12/2017
Ações possuídas - ON (quantidades)	153.775.790
Patrimônio líquido (base Equivalência Patrimonial)	4.347.552
Percentual de participação sobre capital social	14,8792%
Investimento	646.880
Ágio líquido (i)	373.722
Total do investimento	1.020.602

(i) Valor decorrente da diferença entre o valor efetivamente pago, custo de aquisição, e o valor patrimonial da adquirida conforme balanço patrimonial intermediário na data-base de 31 de maio de 2017. Referido ágio foi considerado como sendo de vida útil definida, tendo em vista que o pagamento do mesmo é atribuível aos direitos vinculados aos contratos de concessão detido por aquela investida. Para fins de amortização do ágio, a Companhia adotou, inicialmente, o método linear mensal com base no prazo de término de dois principais contratos de concessões da TAESA previstos para 2030. O valor da amortização do ágio reconhecido pela Companhia em 2017, no período de junho a dezembro, foi de R\$16.770, e encontra-se contabilizado na rubrica “Outras Despesas” da demonstração do resultado.

Para atender ao emanado na Interpretação Técnica ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial que remete ao CPC 15 (R1) – Combinação de negócios, a empresa KPMG Corporate Finance Ltda. (“KPMG”) foi contratada para a emissão de Laudo de Avaliação do valor justo dos ativos e passivos adquiridos da TAESA, que atualmente encontra-se em fase de elaboração.

O Laudo preliminar emitido pela KPMG demonstrou que a avaliação econômica (valor justo) da participação adquirida pela Companhia, na data base de 30 de junho de 2017 é, significativamente, semelhante ao total do investimento contabilizado. O Laudo preliminar indicou, também, que o preço pago, excedente em relação ao patrimônio líquido, será integralmente alocado ao “Ativo Intangível - Contratos de Concessão”, o qual será amortizado de acordo com a vida útil média dos contratos de concessão detidos pela TAESA.

Após a finalização do Laudo de Avaliação, prevista para o segundo trimestre de 2018, os ajustes e/ou reclassificações necessárias serão registradas na contabilidade cumprindo, dessa forma, com o prazo estabelecido pelo CPC 15.

iii) Movimentação dos investimentos no período:

	TAESA
Saldo em 31/12/2016	-
Custo de aquisição pelo valor de patrimônio capital	628.272
Ágio pago na aquisição	390.492
Amortização do ágio	(16.770)
Equivalência patrimonial	56.616
Dividendos recebidos da controlada	(6.716)
Juros sobre capital próprio recebidos da investida	(31.292)
Saldo em 31/12/2017	1.020.602

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras - Continuação

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

8. Debêntures

	<u>Vencimento</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Encargos</u>	<u>Spread a.a</u>	<u>31/12/2017</u>
1ª Emissão – Série única (i)	02/06/2022	350.000.000	100% CDI a.a.	1,68%	329.725
Circulante					41.725
Não circulante					280.000

(i) Em 02 de junho de 2017 a Companhia emitiu 350.000 mil debêntures com a finalidade subsidiar parte do investimento efetuado na aquisição das ações da TAESA. Emitida em série única, no montante total de R\$ 350.000 mil para serem liquidados em 5 parcelas anuais de R\$ 70.000 mil. Em razão da previsão na escritura da modalidade do *cash sweep*, onde a Companhia poderá efetuar amortizações antecipadas e resgates das remunerações, sempre que receber recursos da investida, em 28 de dezembro de 2017 a ISA Investimentos realizou amortização antecipada de parte da parcela a vencer em 02 de junho de 2018, conforme aprovado em Assembleia Geral de Debenturistas – AGD, no valor de R\$ 17.500 mil. O vencimento da última parcela ocorrerá em 02 de junho de 2022.

Todas as exigências e cláusulas restritivas (“*covenants*”) estabelecidas no contrato estão sendo devidamente observadas e cumpridas pela Companhia até a presente data.

Os custos de emissão inicial estão sendo apropriados ao resultado, mensalmente, até o vencimento da última parcela. O montante dos custos apropriados nas operações financeiras até 31 de dezembro de 2017, incluindo os custos mensal de manutenção das debêntures totalizam R\$ 509. O saldo de custos remanescentes a serem apropriados, a partir de 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 3.545.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos como segue:

	<u>31/12/2017</u>
2019	70.000
2020	70.000
2021	70.000
2022	70.000
	280.000

A movimentação no exercício é como segue:

Saldos em 31/12/2016	-
Adições	350.000
Juros, variações monetárias	19.490
Custos da transação	(3.982)
Pagamento de Juros	(18.720)
Amortizações do principal	(17.500)
Amortizações do custo	437
Saldos em 31/12/2017	329.725

9. Tributos e encargos sociais a recolher

	<u>31/12/2017</u>
Imposto de renda	830
Contribuição social	303
COFINS	1.057
PIS	229
	2.419

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras - Continuação

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

10. Patrimônio líquido

(a) Capital social

A Companhia foi constituída em 10 de janeiro de 2017 e transformada em Sociedade Anônima em 27 de abril de 2017 com o capital social de R\$ 1.000 (mil reais).

Em 25 de maio foi aprovado o aumento de capital social por meio de Assembleia Geral Extraordinária cuja integralização ocorreu no dia 02 de junho no montante de R\$ 695.700 representado por 695.000.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo R\$ 695.000 da acionista ISA e R\$ 700 da ISA Capital.;

O quadro de acionistas da Companhia, em 31 de dezembro de 2017, é como segue:

Acionista	Quantidade de ações ordinárias	%
Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P.	695.000.000	99,89938%
ISA Capital do Brasil S.A.	700.000	0,10062%
Total	695.700.000	100,00%

(b) Destinação dos Lucros

Conforme previsto no artigo 35 do Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido do exercício calculado nos termos do artigo 190 da Lei das Sociedades por Ações, ajustados para fins de dividendos nos termos do artigo 202 da mesma lei, observando-se aos seguintes critérios:

- 5% deverá ser destinado para a constituição da reserva legal, não devendo exceder a 20% do capital social;
- Uma parcela poderá ser deduzida para a formação de reserva de contingências nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;
- No mínimo 1% do lucro líquido anual ajustado destinado ao pagamento de dividendo obrigatório nos termos do artigo 202 da mesma Lei;
- Caso o dividendo obrigatório ultrapasse a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, nos termos do artigo 197 da mesma Lei;
- O saldo remanescente terá destinação conforme o Conselho de Administração lhe atribuiu após aprovação em Assembleia Geral.

Dessa forma, a Administração da Companhia propõe que o lucro líquido no exercício tenha a seguinte destinação:

	2017
Lucro líquido do exercício	10.582
Constituição da reserva legal	(529)
Reserva de contingências	-
Base de Cálculo de Dividendos	10.053
Dividendos obrigatórios propostos	(101)
Total de dividendos, com base no Lucro do Exercício	(101)
Constituição da reserva de retenção de lucros remanescente *	9.952

* decorre de previsão existente na escritura das Debentures.

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras - Continuação

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(c) Reservas de lucro

	<u>2017</u>
Reserva Legal (i)	529
Reserva de retenção de Lucros (ii)	<u>9.952</u>
	<u><u>10.481</u></u>

- (i) Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.
- (ii) Nessa conta foi alocada a parcela do lucro líquido do exercício que remanesceu após a destinação dos dividendos obrigatórios, observando os limites estabelecidos no Estatuto Social da Companhia e da legislação aplicável.

(d) Lucro por ação

O lucro básico e diluído por ação é calculado por meio do lucro líquido do exercício da Companhia, com base na média ponderada das ações ordinárias existentes até o final do exercício.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do lucro básico e diluído:

	<u>31/12/2017</u>
Lucro básico	
Lucro líquido – R\$ mil	10.582
Quantidade média ponderada de ações	
Ordinárias	<u>695.700</u>
Valor em reais por ação	0,01521

Não há diferença entre o lucro básico e diluído calculado pela Companhia no período.

11. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2017</u>
Serviços	(4.217)
Outros	<u>(256)</u>
	<u><u>(4.473)</u></u>

12. Outras despesas

O saldo em 31 de dezembro de 2017, corresponde às 07 parcelas amortizadas do ágio no valor de R\$ 2.396 cada, totalizando R\$ 16.770 ao final do exercício.

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras - Continuação

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

13. Resultado financeiro

	<u>31/12/2017</u>
Receitas	
Rendimento de aplicações financeiras	1.947
Pis sobre Receita Financeira	(20)
Cofins sobre Receita Financeira	(124)
	<u>1.803</u>
Despesas	
Encargos sobre Debêntures	(19.491)
Juros sobre compra de dólares	(2.641)
Amort. Custo de Emissão das Debêntures	(437)
Pis e Cofins sobre Juros sobre capital próprio	(2.895)
Outras	(2)
	<u>(25.465)</u>
Total Resultado Financeiro Líquido	<u>(23.662)</u>

14. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e os resultados são oferecidos à tributação conforme previsto na Lei 12.973/14.

(a) Conciliação da alíquota efetiva

A despesa ou crédito de imposto de renda e contribuição social do período pode ser conciliada com o lucro contábil conforme segue:

	31/12/2017
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	11.712
Alíquotas nominais vigentes	34%
Imposto de renda e contribuição social esperada	<u>(3.982)</u>
Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças permanentes	
Juros sobre capital próprio recebidos de investida	(10.639)
Amortização do direito de concessão (ágio)	(5.702)
Equivalência patrimonial	19.249
Outros	(56)
(Despesa) Crédito de imposto de renda e contribuição social efetiva	<u>(1.130)</u>
Imposto de renda e contribuição social	
Corrente	<u>(1.130)</u>
	<u>(1.130)</u>
Alíquota efetiva	<u>9,65%</u>

15. Transações com partes relacionadas

A única transação com partes relacionadas no exercício refere-se a Prestação de Serviços, onde a ISA Capital mantém contrato de prestação de serviços com a ISA Investimentos abrangendo, entre outros, os serviços de escrituração contábil e fiscal.

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras - Continuação

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

16. Instrumentos financeiros

No exercício findo em 2017, a Companhia não contratou nem negociou instrumentos financeiros, tampouco instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

(a) Identificação dos principais instrumentos financeiros

	<u>31/12/2017</u>
Ativos financeiros	
Valor justo através do resultado	
Caixa e equivalentes de caixa	13.266
Passivos financeiros	
Custo amortizado	
Debêntures	
Circulante	81.481
Não circulante	248.244
Fornecedores	548

(b) Financiamentos

• Índice de endividamento

O índice de endividamento no final do período é o seguinte:

	<u>31/12/2017</u>
Debêntures	
Circulante	49.725
Não circulante	280.000
Dívida total	<u>329.725</u>
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	13.266
Dívida líquida	<u>316.459</u>
Patrimônio líquido	<u>706.282</u>
Índice de endividamento líquido	45%

A ISA Investimento possui *covenants* em seu contrato de debêntures, atrelados às condições econômico-financeiras de sua controlada, onde verificou-se que a sua controlada TAESA atende aos requisitos relacionados a cláusulas restritivas.

O valor contábil das debêntures tem suas taxas atreladas à variação, do CDI e se aproxima do valor de mercado.

(c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da ISA Investimentos podem ser assim identificados:

- (i) **Risco de taxas de juros** – A atualização anual da remuneração das debêntures que a Companhia desembolsa corresponde a 100% da taxa CDI over, somando-se 1,68% de spread.
- (ii) **Risco de liquidez** – o fluxo de caixa para o compromisso de pagamento das debêntures é proveniente dos dividendos recebidos conforme o resultado de participação da controlada.

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras - Continuação

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

17. Evento subsequente

Debêntures

Em 09 de fevereiro de 2018 a companhia, conforme lhe faculta a Escritura das debêntures, efetuou pagamento no montante de R\$ 9.227 (R\$ 5.250 correspondente ao principal e R\$ 3.977 correspondente aos juros), a título de amortização parcial antecipada e juros calculado até a referida data, conforme novo aditamento aprovado em assembleia geral extraordinária realizada pela diretoria em 07 de fevereiro de 2018, que corresponde a 1,5% do valor nominal unitário da debênture que foi deduzida da parcela total a ser amortizada em 02 de junho de 2018.

DIRETORIA

FERNANDO AUGUSTO ROJAS PINTO
Diretor-Presidente

ALEX ENRIQUE OLANO NIETO
Diretor

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BERNARDO VARGAS GIBSONE
Presidente

CÉSAR AUGUSTO RAMÍREZ ROJAS
Vice-Presidente

CARLOS ALBERTO RODRIGUEZ LÓPEZ
Conselheiro

CONTADORA

IZABELLE FELICIO TOMAZ
CRC 1SP292155/O-5



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

-
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Marcos Antonio Quintanilha
Sócio
Contador CRC-1SP132776/O-3